

o[s] tempo[s] do[s] medi@

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 7 . 2007

O papel do impresso.

A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal
(último quartel do século XIX – primeiro quartel do século XX)

Luís Augusto Costa Dias

Luís Augusto Costa Dias. Doutorando em História, especialidade de História da Cultura, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, responsável da Área de Investigação em Cultura Portuguesa na Divisão de Extensão Cultural e Científica da Biblioteca Nacional, Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

À memória de Mário Sottomayor Cardia, em reconhecimento do desafio que me lançou na direcção de estudo da história dos intelectuais.

Entre o último quartel do século XIX e o primeiro quartel do século XX, segundo tive recente ensejo de propor as linhas de uma perspectiva geral de compreensão, desenvolveu-se no nosso país uma cultura urbana de massas num quadro histórico de efeitos multiplicadores nos planos social e cultural que transformaram o espaço público em Portugal¹. Num contexto de mobilidade social ao nível do público culto ou com acesso aos meios de difusão da cultura, ainda essencialmente literários e à escala dos meios urbanos, entrou em crise a noção romântico-liberal do *homem de letras*, inicialmente designado por *escritor público* numa acepção mais próxima do conceito iluminista, em seguida generalizado na figura instalada do *publicista*. No ocaso do longo século XIX, o testamento desta figura foi subscrito por Sampaio Bruno (numa obra emblemática de 1906), a partir desta curta expressão de uma visão nostálgica do passado:

Olho para a minha pena.²

E interrogava-se, de imediato, sobre a eficácia pública e, portanto, sobre o capital simbólico eventualmente realizado (ou não):

Trouxe-me ela a riqueza, a posição definida, a independência, a fortuna, a rutilância social, as considerações sociais? Granjeou-me o descanso para meus velhos dias, a segurança na vida? Libertou-me da apreensão do amanhã? Favoreceu-me com a tranquilidade de espírito, indispensável (se delas fosse capaz) às cogitações altas e desinteressadas, que, honrando o cismador, dignificam as sociedades e enobrecem as literaturas? Conquistou-me a amizade dos meus patrícios, a estima de meus concidadãos?

Pois a resposta encontrada por Bruno não passou afinal de um desabafo de desilusão (numa leitura mais finissecular que pertença de um novo século) sobre o que constituía, sem do facto com rigor se aperceber, um esvaziamento do estatuto do *homem de letras* que a sua interpelada pena metaforicamente representava:

Quase que começo a ganhar-te rancor e ódio.³

Ora a ruptura do paradigma de intelectual que adquirira eficácia ao longo do século XIX ocorria numa situação de crise de mobilidade social, quando esse «homem de letras» se viu rodeado por um conjunto de estatutos em vias de crescente prestígio ou de auto-afirmação, isto é num contexto histórico de ampla (conquanto lenta e, ao cabo, contra-

¹ DIAS, L. A. Costa – *Um quadro de efeitos multiplicadores na transformação do espaço público em Portugal (último quartel do séc. XIX ao primeiro quartel do séc. XX)*, conferência no seminário de investigação «Cultura de Massas em Portugal no Século XX». Lisboa, Instituto de História Contemporânea/Universidade Nova de Lisboa, 2006.

² BRUNO, Sampaio – *Os Modernos Publicistas Portugueses*. Porto, s.n., 1906, p. XIX.

³ Idem, *ibidem*, p. XX.

ditória) transformação do espaço público que colocou em causa o valor representativo das velhas elites, a cuja consagração pública haviam chegado pela porta de acesso da cultura. Essa fora, ao longo de Oitocentos, uma elite de burgueses cultos e proprietários cuja actividade política não correspondera a um desdobramento ou autonomia a partir da sua condição socio-económica e cultural, mas com esta se misturara, numa sobreposição íntima do *campo político* e do *campo intelectual*⁴. Neste sentido, a figura do cidadão não passou, desde a origem, de uma construção abstracta⁵; em suma (e a longo prazo), uma mistificação nos limites concretos do modelo censitário oitocentista que assegurou uma esfera pública estritamente burguesa⁶.

Repare-se que Sampaio Bruno, já nos alvares do século XX português, procedia à definição verdadeiramente «profissional» do que designava por *publicistas modernos*, num momento em que a emergência de especialistas era uma marca de ampliação e influência das profissões intelectuais. Mas aí consignava aqueles que, por força, orientavam a opinião pública: «força lhe é recorrer e confiar nos profissionais: confiar nos letrados, nos publicistas e nos políticos.»⁷ E estes, especificava, «são os pensadores isolados [...] os que fornecem com antecedência as normas da sociabilidade futura.»⁸ Os intelectuais de formação liberal e romântica permaneciam, assim, no essencial, segundo o estatuto dominante, uma simbiose de letrados e políticos, indivíduos isolados que, mesmo na sua expressão mais sincera de relação com a comunidade, mais do que arautos, não passaram de profetas das causas públicas⁹.

Relembre-se em brevíssima arqueologia a trajectória de crise dos intelectuais portugueses de Oitocentos, desde a noção de «escritor público» que, pela mão de Almeida Garrett¹⁰, procuraram fixar os nossos primeiros românticos e liberais entre a arma da crítica e a crítica das armas, até à derradeira figura do «publicista» típico do período regenerador, sem mãos a medir entre as colunas dos jornais, a intriga dos partidos, a exibição parlamentar, o assento no governo e a aura diletante. Ora dessa elite, vista no seu todo, deu Teófilo Braga, em 1878, uma acabada e contundente definição dos termos que lhe asseguraram a hegemonia desde o cerco do Porto:

[...] esses homens, revolucionários no seu princípio, acharam-se insensivelmente reaccionários, timoratos, ordeirões, conservadores, improgressivos; como possuíam um grande prestígio, como monopolizavam entre si o exercício da autoridade executiva, nada fizeram nem deixaram fazer¹¹.

⁴ Seguindo os sistemas de relações propostos por BOURDIEU, Pierre – “Le marché des biens symboliques”. In: *L'Année Sociologique*. Paris, 1971, vol. 22, p. 49-126; a natureza desta «dependência» foi amplamente detectada por SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa, Edit. Presença, 1988, p. 155-156.

⁵ Vd. TENGARRINHA, José – *Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida*. Lisboa, ed. Coilibri, 1993.

⁶ Vd. HABERMAS, Jürgen – *L'Espace Publique. Archéologie de la Publicité comme Dimension Constitutive de la Société Bourgeoise*. Paris, Édit. Payot, 1997, p. 127.

⁷ BRUNO, Sampaio – *Op. cit.*, p. 151.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 183-184.

⁹ Enquadrar na tese de BÉNICHOU, Paul – *Romantismes Français II. Les Mages Romantiques. L'Ecole du Désenchantement*. Paris, Edit. Gallimard, 2004.

¹⁰ Vd. DIAS, L. A. Costa – “Uma doutrinação liberal da «opinião pública» como modelo de intervenção cívica”. In: GARRETT, Almeida – *Doutrinação Liberal*. Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

¹¹ BRAGA, Teófilo – *Soluções Positivas da Política Portuguesa*. Porto, Livr. Chardron, 1913, vol. II, p. 67-68.

E como, segundo ainda acrescentou, esses homens «tiveram a ventura pessoal de viverem muito tempo», dominaram longamente o nosso século XIX, ao menos indiscutivelmente até à década de 1870 em que Teófilo Braga procedeu a essa leitura. Dou por válida esta simplificação geral da elite intelectual oitocentista, insistindo nas duas grandes metamorfoses por que passou o «escritor público», representante, na melhor das hipóteses, dos interesses abstractos do cidadão, até ao «publicista» instalado ou, na melhor das hipóteses, desiludido e em risco permanente de se retirar da cena pública, pela demissão ou pelo suicídio. Entre ambos, interpôs-se a Convenção de Gramido, ditada pelos conservadores vitoriosos, que pôs termo a qualquer solução na rua, esmagado o (embora confuso) movimento popular da *Patuleia*; mesmo os elementos mais progressivos das elites cultas, sem excepção, entregaram-se de boa mente a *descansar* profundamente a partir de então. Exemplar foi a resposta dada, no rescaldo imediato, por Rodrigues Sampaio que, logo em 1847 e em nome dos homens de letras, explicava que, «entrando numa situação nova [...], já não temos objecto que defender, nem inimigo a quem atacar.» E fazia um convite, que se revelaria duradouro:

Cidadãos, toca a ensarilhar armas e a descansar!¹²

Instalou-se então essa «quadra adormecida» das elites cultas, segundo a expressão sugestiva com que Lopes de Mendonça cedo diagnosticou o campo literário a partir de então e no qual, conforme ainda acrescentou, «nenhum acontecimento notável inspiraria a imaginação dos poetas»¹³, como em geral na Europa depois das revoluções de 1848. A esta luz leia-se, pois, a receita para o responso profundo passada por Luís Augusto Palmeirim:

Escrever com ideias é uma cediça banalidade¹⁴.

E foi, assim mesmo, que a partir da geração portuguesa de 1852, desenraizada de coragem prática e de tímida expressão socialista nas oscilações entre Louis Blanc, Fourier e Proudhon, se remeteram expressamente como «remédio» para o «futuro» quaisquer aspirações¹⁵. Até um qualquer despertar sugestivo.

Pois, em 24 de Julho de 1870, num jornal diário de novo tipo, fundado, não havia muito, em Lisboa, alguém pareceu disposto a *desensarilhar armas* e dava publicidade a uma carta anónima (ou, antes, vagamente assinada por um tal «doutor ***») assim dirigida, com um sensacionalismo de novidade:

Sr. Redactor do Diário de Notícias:

Venho pôr nas suas mãos a narração de um caso verdadeiramente extraordinário [...], pedindo-lhe que, pelo modo que entender mais adequado, publique na sua folha.

¹² [BRUNO, Sampaio: «Editorial»]. In: *O Espectro*, n.º 63 (3 Jul.). Lisboa, 1847, p. 1-2.

¹³ MENDONÇA, A. P. Lopes de – *Memórias de Literatura Contemporânea*. Lisboa, Tip. do Panorama, 1855, p. 22.

¹⁴ PALMEIRIM, Luís Augusto – “Folhetim”. In: *A Revolução de Setembro*. n.º 6045 (8 Jul.), a. XXIII, Lisboa 1862, p. [1].

¹⁵ Vd. FERREIRA, Alberto – *Perspectiva do Romantismo Português*. Lisboa, Edições 70, 1971, p. 172-177.

E acrescentava a importância dessa *publicidade* sobre a opinião:

[...] a publicidade do que se passou[,] por mim[,] torna-se importantíssima como chave única para a desencerração de um drama que suponho terrível.

A narrativa (afinal, pura ficção, como deve estar a imaginar-se, e talhada no folhetim de sensação cuja trama evolutiva aqui não interessa¹⁶) dava início a uma série de trinta folhetins que veio a terminar em Setembro desse ano, conquistando imediata notoriedade pública, sob o título de *O Mistério da Estrada de Sintra*¹⁷; e o seu sucesso, visível nas inúmeras cartas de leitores que consta terem chegado à redacção do jornal lisboeta, justificou a reunião em livro no mesmo ano, já sob a assinatura de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. E não foi ainda sem espanto que o anterior êxito da obra entrou «inesperadamente na sua terceira edição», segundo reconheceram os seus autores no prefácio à reedição, quinze anos após (aliás, foi o mais reeditado título a que Eça após o seu nome), suscitando esta reconstituição das motivações folhetinescas iniciais:

Há catorze anos, numa noite de Verão, no Passeio Público, em frente de duas chávenas de café, [...] deliberámos reagir sobre nós mesmos e acordar tudo aquilo a berros, num romance tremendo, buzinado à Baixa das alturas do *Diário de Notícias*.¹⁸

Acordar a berros a opinião pública (a Baixa lisboeta é, leia-se, simbolicamente, o fórum dos centros urbanos, o espaço representativo da vida culta) e *desencerrá-la* do torpor em que a deixara a sociedade da Regeneração – ainda conforme os dois escritores, «uma sociedade que por todos os lados se dissolve» – poderia dizer-se que foi o primeiro passo de uma caminhada longa (mas também lenta) de transformações para as quais concorreram inúmeros factores de evolução do espaço público em Portugal. Que espaço era este, afinal? – é caso de inquirir com o máximo rigor, para aferir a natureza de *aquilo* que acordava *a berros*.

Ora, no período de que estamos aqui a falar, a cultura de massas no nosso país não poderia ser um fenómeno à escala nacional, para a aferição da qual tem sido obstáculo fundamental a reserva à *resistência estrutural* (para utilizar uma expressão do que tem sido quase um óbice à abertura de novas perspectivas científicas¹⁹) representada pelas condições de acesso à cultura pela massa da população. Naturalmente, os quase 80% de analfabetos na década que abre o período aqui em análise (por volta de 1875) e os quase 68% de iletrados para o seu final (antes de 1930)²⁰ colocam-nos sob um quadro histórico em que não tem sentido falar de fenómenos de massas de extensão verdadeiramente

¹⁶ A importância da literatura de folhetim para a conquista e fixação de um público leitor foi já analisada e bem documentada por RODRIGUES, Ernesto – *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal*. Lisboa, Edit. Notícias, 1998.

¹⁷ Dr. *** [ORTIGÃO, Ramalho e QUEIRÓS, Eça de] – “O mistério da estrada de Sintra. I”. In: *Diário de Notícias*. N.º 1660 (24 Jul.), Lisboa 1870, a. 6.

¹⁸ ORTIGÃO, Ramalho; QUEIRÓS, Eça de – “Prefácio”. In: *O Mistério da Estrada de Sintra*, Lisboa, Livr. de António Maria Pereira, 1884, 2ª ed.

¹⁹ Vd. SERRÃO, Joel – “Estrutura Social, Ideologias e Sistemas de Ensino”. In: AA.VV. – *O Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1981, p. 32.

²⁰ Quadro evolutivo em MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. Lisboa, Pallas Edit., 1978, vol. II, p. 228.

democrática. Pois, antes que as noções de tempo e de espaço tradicionais fossem postas radicalmente em causa pela difusão do cinema, da rádio e da televisão, sem esquecer o rápido progresso da aviação intercontinental na redução das distâncias, o espaço de que falamos é ainda o que unem os caminhos de ferro e, quase paralelo a estes, o telégrafo que ainda mal haviam ambos retraçado o território nacional no último quartel do século XIX e pouco progrediram até à década de 1920. Mas foi em torno do seu traçado que se registaram, segundo penso, um conjunto de mudanças significativas que transformaram o espaço público em Portugal, na sequência de um progresso material que é em geral reconhecido ter sido atingido no termo da Regeneração. A partir de então, pode dizer-se – pese embora o aparente exagero, porém sugestivo – que o país encontrou condições socio-culturais para «acordar a berros»... ou melhor, acordar o conjunto urbano que aquele traçado de comunicações pontilhava. Pois é de uma cultura urbana emergente e em crescimento de que estamos a falar, dos mecanismos de massificação no tecido dos grandes centros. E esse processo, embora lento e dentro de limites que ainda haverá de detectar, veio a acentuar uma maior diferenciação cultural em relação ao país agrário.

Como podemos detectar esse *despertar a berros*? Que audiência seria capaz de despertar? E dentro de que limites? Ora, quando a série de folhetins de Eça e Ramalho encerrou, ao cabo de 3 meses, o *Diário de Notícias* tirava 20 mil exemplares diários, mais 2.500 do que expedira no início da publicação dos folhetins e, apenas cinco anos após, 4 vezes mais exemplares diários do que a tiragem do jornal no ano da sua fundação²¹. Já no início do novo século, sob um incremento tecnológico paulatino, a edição do *Diário de Notícias* era assegurada por grandes rotativas que imprimiam, por hora, quase 25 mil exemplares de 6 páginas. Ainda de acordo com outro indicador (pois é de índices multiplicadores de crescimento que se caracteriza este tempo), entre a variedade informativa que ia ao encontro do aumento e da diversidade de leitores a olhos vistos, o segmento ocupado no jornal pelos anúncios, além de vital para o conceito empresarial deste diário de novo tipo, criava efeito de visível correspondência com o moderno dinamismo da vida urbana: dos 4 anúncios publicados no primeiro número, o *Diário de Notícias* saltou para quase 15 mil no final do primeiro ano de publicação e 40 mil ao longo do segundo; vinte anos depois, atingia os 180 mil anúncios anuais e, em 1913, ultrapassava mesmo os 250 mil²². Foi, aliás, um campeão europeu neste domínio.

O quadro ampliou-se sob efeitos multiplicadores: a exemplo do pioneiro lisboeta e logo uns meses após o seu aparecimento, surgiu com o título de *Jornal de Notícias* um periódico com edição simultânea em Lisboa e no Porto; dez anos depois, 33 diários publicavam-se já no continente ao preço popular do *Diário de Notícias*, que se tornara não apenas matriz do jornalismo industrial, mas símbolo de uma etapa de crescimento da cultura urbana a que recente e muito justamente se chamou a «era dos jornais»²³. Na verdade, os *jornais do fim-de-século*, independentemente da sua periodicidade, vieram a atingir, já para o lapso entre 1894 e 1900, uma média de 500 títulos anuais em circu-

²¹ Vd. MIRANDA, Paula Cristina – *As Origens da Imprensa de Massas em Portugal. O Diário de Notícias (1864-1889)*. (dissert. Mestrado, polic.). Évora, 2002, p. 128.

²² TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Ed. Caminho, 1989, 2ª ed., p. 225.

²³ FERNANDES, Paulo Jorge – *A Era dos Jornais. Para uma nova contextualização da História da Imprensa em Portugal (1865-1905)*. Comunic. ao colóquio Transformações Estruturais do Campo Cultural Português (1900-1950). Coimbra, 2005, ed. no prelo.

lação²⁴ que se manteria estável no primeiro quartel do século seguinte²⁵, alastrando pelos principais centros urbanos do país e veiculando um jornalismo de informação que rapidamente ganhou terreno ao jornalismo de opinião que até então fora predominante.

Mas nesta civilização do impresso – ou, reutilizando uma expressão sugestiva, na entrada do nosso país em «regime mediático»²⁶ – não podem ainda esquecer-se, num quadro que tendia a crescer para as margens de gostos menos cultos, as publicações mais mundanas, a *literature bleu* que Sampaio Bruno, ao analisar o campo que transcendia afinal estritamente o que considerava serem *Os Modernos Publicistas Portugueses* (ainda que destes fossem provenientes muitas colaborações), reunia sob a designação de «revistas de Jaime Séguier»; ou os jornais de actualidades mundanas – como *A Folha Nova*, do Porto, sob propriedade literária, assim mesmo designada, de «Jaime Séguier e C.^ª». Mas, deixando o mundo desta figura ainda envolta em razoável mistério, devem contabilizar-se ainda entre os impressos que proliferam os almanaques e as revistas de serão – *Serão* foi sintomaticamente o título de uma revista de leitura à lareira que Eça de Queirós intentou realizar em colaboração com Alberto de Oliveira, além de ter dirigido um *Almanaque* ao jeito de literatura de lazer. Todo este campo cultural constituiu uma das faces mais popularizadas dessa imprensa, para um público de interesses cada vez mais diversificados, incluindo os menos exigentes (a que não faltou mesmo espaço para uma literatura pornográfica).

O crescente apetite pelo impresso (aliás estimulando-o) não é estranho à introdução da imagem, da ilustração até à reprodução fotográfica – incluindo a versão intermédia de cópia ilustrada da fotografia, antes que a técnica permitisse a reprodução desta em papel de jornal. Para além de uma paginação mais cuidada e da utilização de múltiplos elementos gráficos que aliam o *ver* (simplesmente) ao *ler*, a imagem constituiu um elemento chave de efeitos poderosos. A estreia de Rafael Bordalo Pinheiro, por exemplo, quando justamente abre o período aqui em estudo, fez-se com a ilustração de panfletos de publicidade a estreias dramáticas: um verdadeiro sucesso que antecedeu (e é um marco na história da ilustração) a novidade da sua *Berlinda*, de 1871, espécime notável de jornalismo gráfico que retratou alguns dos mais importantes acontecimentos nacionais e internacionais de então, através da caricatura.

Para um público heterogéneo em crescimento, ao lado de uma imprensa diária em expansão e de uma variegada publicação mais ou menos periódica ou ocasional de âmbito cultural, político e recreativo, começaram a ocupar um lugar e um papel importantes outros tipos de impressos, nomeadamente as colecções editoriais de ampla divulgação, com propósitos formativos e em moldes populares que denunciam o destino a novas camadas de leitores. Com um exemplo de radical sucesso, a célebre «Biblioteca do Povo e das Escolas», editada entre 1881 e 1913 por David Corazzi, constituiu uma matriz de projectos seguidores até à década de 1940, tanto pelo figurino temático quanto pelo sucesso de uma colecção popular que, atingindo os 237 volumes em pouco

²⁴ TENGARRINHA, J. – *Op.cit.*, p. 233.

²⁵ MARQUES, A. H. Oliveira – *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*. Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1975, 2ª ed., p. 96.

²⁶ Vd., entre outros, estudos de KALIFA, Dominique – *La Culture de Masse en France 1. 1860-1930*. Paris, Édit. La Découverte, 2001.

mais de 30 anos, chegou a realizar tiragens na ordem dos 20 mil exemplares (números apenas referentes a 1.^{as} edições e ao fim de 16 volumes quando, entretanto, 2.^{as} edições já se faziam imprimir), e a sua circulação foi assegurada por um circuito de distribuição com mais de duas centenas de correspondentes comerciais, implantados nas principais cidades do eixo ferroviário do continente²⁷. Este editor, aliás, não foi apenas referência na época por força da sua afamada biblioteca popular, mas virou estratégias, que não escaparam então à atenção dos seus contemporâneos, para outras margens da leitura tradicional, como o público feminino que, segundo o testemunho muito atento de Fialho de Almeida²⁸, passou a consumir a moda «dos romances Corrazzi» de amores e de aventura.

Quando se fala desta indústria de bens culturais, na transição do século XIX para o século XX, é essencialmente de um universo da leitura que se trata, veiculada pelo papel impresso; e o seu crescimento pressupõe uma mudança no quadro do acesso às letras, mau grado a precaução que exigem os baixos índices de alfabetismo num país cuja grande maioria da população pertence a um universo agrário. Quando Oliveira Marques, à volta dos indicadores estruturais de atraso que marcavam em geral a sociedade portuguesa na I República, acentuava a elevada desproporção de 1 jornal para 11 ou 14 mil habitantes (oscilando conforme os anos entre 1911 e 1923), poderia levar-nos a esquecer que essa era a relação europeia na época – enquanto a Inglaterra e a França, por exemplo, publicavam 1 título por 23 mil cidadãos, na Alemanha a relação era de 1 por 26 mil e em Itália de 1 por 44 mil. Mas sobretudo não é tido em conta que a pertinência dessa relação entre as publicações periódicas e a população leitora deveria ser deslocada para o contexto estrutural dos meios urbanos, a que o impresso se destinava e em que o público constituía um índice multiplicador importante ainda à espera de estudo em profundidade. Seja como for, uma ideia desse crescimento do espaço público culto (entenda-se, de letras e meias letras), já muito aquém da reduzida elite de eleitores censitários que correspondera ao nosso liberalismo clássico, pode ser obtida através dos indicadores do acesso ao ensino primário, se não se perder de vista, volto a insistir, que os ganhos ao nível da população com acesso básico à leitura se registaram sobretudo nos (ou em torno dos) centros urbanos.

Assim, entre os resultados de um relatório do Conselho Superior de Instrução Pública de 1853 e os dados registados pelo Anuário Estatístico para o ano de 1900, enquanto o número de escolas primárias públicas e particulares pouco mais que duplicara, a frequência de alunos quase triplicou²⁹; e, aqui, a recuperação foi ainda mais significativa na população feminina que representava, nos meados de Oitocentos, cerca de 15% dos inscritos nos estabelecimentos de ensino e, já na alvorada do século XX, constituía quase 40% dos indivíduos com acesso à primeira instrução, sinal de que os ganhos se reportam sem dúvida aos meios urbanos. Estes e outros índices multiplicadores produzem efeitos igualmente multiplicadores a diversos níveis sociais e culturais do

²⁷ DOMINGUES, Manuela – *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e Leitores do Século XIX*. Lisboa, Instituto Português de Ensino a Distância, 1985.

²⁸ ALMEIDA, Fialho de – “As fotografias”. In: *Pasquinadas (Jornal de um Vagabundo)*. Porto, 1890, p. 20.

²⁹ GOMES, Joaquim Ferreira – “Escolas Normais para habilitação dos professores primários”. In: *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1996, 2ª ed., p. 33, 56.

quadro urbano em expansão. A aposta nas escolas normais, por um lado, e nas escolas industriais e comerciais, por outro, que correspondiam a um ensino técnico e politécnico em crescimento de especialização (inclusivamente para fora dos principais centros, potenciando a periferia urbana), bem como o começo da descentralização universitária e a criação de novos cursos que a política de ensino republicana vai coroar ao cabo de sucessivas reformas nas décadas finais de vigência monárquica, situam-se nessa «viragem para a plena contemporaneidade» global, que me parece ter já sido bem assinalada³⁰. Reproduzindo uma pequena e média burguesias de especialistas, gerou efeitos na formação de um novo espaço culto e de novas elites e na ampliação dos degraus intermédios na textura sócio-cultural. Os próprios insucessos registados no relatório do Inspector-Geral das Escolas, Carneiro Moura, em 1909, não deixam de atestar estas transformações no tecido social e cultural (constituindo, é certo, efeitos contraditórios que marcariam afinal a sociedade portuguesa): nessa altura, por exemplo, assinala-se o concurso anual de 500 alunos que procuram as Escolas Normais, permanecendo acumulados, porém, 1.900 diplomados sem colocação, saídos dos seus 23 estabelecimentos distritais. Num plano mais geral, o mesmo relatório assinala que, nesse período de transição da monarquia para a república, dos indivíduos que concluíam a instrução primária, apenas 14% ingressavam, em média anual, nos ramos de ensino liceal, técnico e politécnico, 18,5% ocupavam empregos na indústria e funcionalismo ou estavam em vias de emprego, enquanto a larguíssima maioria permanecia em subsistência precária, no desemprego ou na dependência familiar³¹.

Ora, em suma, no longo período compreendido entre o último quartel do século XIX e o primeiro quartel do século XX, num quadro em que a sociedade portuguesa assiste ao início do reforço da organização burocrática do Estado, nomeadamente a um nível periférico que começa a ser conhecido, por exemplo, no domínio da organização das Finanças³², bem como ao arranque do processo de terciarização, cujas relações com o pensamento e a acção política foram recentemente lembradas³³, – o crescimento da população com acesso às letras, essencialmente urbana e na qual avulta uma instrução de meias letras cujo peso no campo cultural pode ser atestado nos escassos estudos sobre o estado da leitura pública³⁴, esbarrou com a crise política e económica do liberalismo, sobretudo depois de 1890. Isso a que Sampaio Bruno, uma vez mais, ao reflectir sobre a situação social contemporânea dos seus *modernos publicistas*, deu a designação literária de «bacharelíce pedinte» para a pequena burguesia em crise de acesso ao funcionalismo não foi mais, afinal, que a expressão desdenhosa de dicotomias fundamentais abertas pela crise do sistema liberal.

³⁰ SERRÃO, Joel – “Republicanismo”. In: *Dicionário de História de Portugal*. Porto, ed. Figueirinhas, 1992, vol. V, p. 292.

³¹ GOMES, Joaquim Ferreira – *Op. Cit.*, p. 56-58.

³² SOUSA, Paulo Silveira e – “A Construção do Aparelho Periférico do Ministério da Fazenda em Portugal (1832-1878)”. In: ALMEIDA, Pedro Tavares de; BRANCO, Rui (dir.) – *Burocracia, Estado e Território: Portugal e Espanha nos Séculos XIX e XX*. Lisboa, ed. Livros Horizonte, no prelo (texto cedido pelo autor, a quem agradeço ainda o permanente debate).

³³ ROSAS, Fernando – *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*. Lisboa, Edit. Notícias, 2003, p. 14-15.

³⁴ TENGARRINHA, José Manuel – “Quem lia e o que lia no final do regime monárquico [...]”. In: *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, Edit. Caminho, 1983, nomeadamente p. 217-220.

Para o que aqui nos interessa assinalar como relevante para a história cultural – e, em particular, nas suas incidências sociais, envolve a evolução do vasto universo de publicações impressas, com o jornal na sua primeira linha – deve reter-se o contraste entre a dinâmica de crescimento dos grandes centros urbanos (Lisboa e Porto) e os restantes. E, em geral, neste quadro da cultura urbana emergente tendeu a acentuar-se uma dicotomia entre a elite culta e a massa do público com acesso à cultura, mas também um desfasamento entre a emergência e proliferação dos técnicos e especialistas (e, em geral, dos segmentos socioprofissionais intelectuais, e a realidade histórica portuguesa) ou a ideia que dela se tinha. Pois, entre ambas, interpôs-se a emergência de um fenómeno que, por fresco, ainda mal se vislumbrava, mas o olhar de verdadeiro sociólogo que foi Fialho de Almeida reteve sob a ideia de um novo e «forte colosso», embora com espanto e ainda sob a designação deixada pela literatura romântica: «a multidão, cuja voluptuosidade se complicou, reclamando novos prazeres e novos excitantes.»³⁵

³⁵ ALMEIDA, Fialho de – “Religião e Toilette”. In: *Op. cit.*, p. 137.